Apresentação: 12/03/2025 13:09:43.940 - Mesa
REQ n.817/2025

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

REQUERIMENTO DE CONVOCAÇÃO DE MINISTRO DE ESTADO Nº , DE 2025

(Do Sr. Marcos Pollon)

Requer a convocação do Excelentíssimo Ministro da Casa Civil, **Sr. Rui Costa,** para prestar esclarecimentos em plenário sobre os gastos públicos relacionados à recuperação dos danos ao patrimônio público e histórico do Palácio do Planalto, decorrentes dos ataques ocorridos em janeiro de 2023.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. EXª. com fundamento no Art. 50, da Constituição Federal, e na forma dos Art. 117, II e 219 do Regimento Interno a Câmara dos Deputados, a convocação do Ministro da Casa Civil, **Sr. Rui Costa**, para esclarecer a respeito dos gastos públicos relacionados à recuperação dos danos ao patrimônio público e histórico do Palácio do Planalto, decorrentes dos ataques ocorridos em janeiro de 2023[1].

JUSTIFICAÇÃO

[1] https://revistapoder.uol.com.br/2025/01/08/governo-revela-custos-da-recuperacao-de-obras-do-planalto
https://www.cnnbrasil.com.br/politica/senado-gastou-mais-de-r-23-milhoes-para-restaurar-itens-depredados-no-8-de-janeiro
https://guaiba.com.br/2025/01/08/8-1-completa-dois-anos-com-reparos-em-andamento-e-gastos-que-superam-os-r-26-milhoes

CD254593198600
Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254593198600
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcos Pollon

Apresentação: 12/03/2025 13:09:43.940 - Mesa
REQ n.817/2025

A convocação do Sr. Rui Costa é não só necessária, mas urgentemente indispensável, dada a seriedade dos acontecimentos que comprometeram um dos maiores símbolos do Estado brasileiro. Os ataques ao Palácio do Planalto resultaram em avassaladores danos, que demandam a investigação minuciosa sobre a aplicação dos recursos que pertencem ao povo brasileiro.

A magnitude dos valores a serem empregados na restauração, estimados em R$ 20 milhões, levanta fortes questionamentos sobre a responsabilização do governo em relação à gestão desses recursos. A sociedade brasileira tem o direito de saber se os gastos são justificados e compatíveis com as práticas ordinárias do mercado, e se a contratação das empresas responsáveis pelo reparo foi feita de forma ética, seguindo os princípios constitucionais de transparência e moralidade.

Além disso, a convocação no plenário proporciona um espaço onde todos os deputados podem participar do debate, ouvindo diretamente as explicações do Ministro e oportunizando questionamentos pertinentes a uma gama mais ampla de representantes do povo. É fundamental que, em um momento tão crítico, a administração pública preste contas de forma clara e acessível, permitindo que a população tenha uma visão abrangente do uso dos recursos públicos.

Ademais, é imprescindível que o Ministro esclareça quais critérios foram utilizados para a seleção das empresas prestadoras de serviços e se houve rigor no cumprimento das normas licitatórias. As dispensas de licitação, quando não acompanhadas da devida justificativa, podem gerar desconfiança e insegurança, especialmente em um cenário onde a fiscalidade e a corrupção são temas em pauta. A sociedade merece garantias de que não haverá favorecimento ou superfaturamento.

O valor histórico do Palácio do Planalto exige uma gestão exemplar em relação aos recursos que financiam sua recuperação. Questões relativas ao custo da restauração de itens como o relógio Balthazar Martinot são de interesse público, e o Ministro deve trazer clareza sobre essas despesas. Afinal, o respeito e a preservação do

CD254593198600

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254593198600
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcos Pollon

Apresentação: 12/03/2025 13:09:43.940 - Mesa
REQ n.817/2025

patrimônio cultural devem ser acompanhados por uma gestão financeira igualmente transparente.

Em um contexto de crise e desconfiança nas instituições, é fundamental que o Congresso Nacional exerça seu papel fiscalizador com rigor. Convocar o Ministro da Casa Civil para prestar esclarecimentos em plenário é uma ação que reforça o compromisso deste Parlamento em zelar pela boa aplicação dos recursos públicos, respeitando os anseios da população em relação à transparência e responsabilidade.

Diante do exposto, peço que este requerimento seja incluído e aprovado na pauta de deliberações, para garantirmos a compreensão plena de como está sendo gerida a recuperação do patrimônio público e para que a sociedade brasileira possa confiar que seus recursos estão sendo utilizados de forma ética e responsável.

Sala das Sessões, em___ de fevereiro de 2025.

Deputado Federal **MARCOS POLLON**
PL/MS

CD254593198600

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254593198600
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcos Pollon